

SUJEIRA



JARDIM CANADÁ. Lotado de lixo e diversos tipos de resíduos, local fica a uma quadra de futuro Ecoponto



MS-080. Margem de rodovia estadual, perto do Anel Viário, também serve de área irregular de descarte

Entulho é despejado por todos os lados e Ecoponto só ano que vem

Esperados há cinco anos, locais adequados para descarte demoram a sair do papel

LEANDRO ABREU

Sem local apropriado para o descarte de lixo e resíduos como entulho, poda de árvores e móveis velhos, Campo Grande está tomada por despejos irregulares em terrenos e margens de ruas, que viraram verdadeiros lixões. Os Ecopontos seriam os locais corretos para esse tipo de descarte, mas dos cinco previstos apenas um está em andamento, e a estimativa para o término é somente janeiro de 2018, cinco anos após a data prevista inicialmente.

A área em que o Ecoponto está sendo instalado fica no Bairro Zé Pereira, na esquina da Rua Sagarana com a Avenida Professor José Barbosa Rodrigues. A reportagem do **Correio do Estado** foi até o local e constatou que a obra da guarita está em andamento.

Funcionário que não quis se identificar comentou que as ações só voltaram à ativa há dois meses. “Somos em quatro

trabalhando aqui e, de obra mesmo, só a guarita e o muro de arrimo que vamos construir ainda. De resto, serão contêineres que vão receber o descarte”, explicou.

O andamento da obra depende também do clima. “Estamos fazendo o acabamento e aguardando a entrega dos materiais do telhado, mas depende da chuva também. Semana passada, por exemplo, não trabalhamos quase porque choveu todos os dias”, completou.

Hoje, o terreno está cerca de 20 metros de distância do local, para evitar que pessoas estacionem veículos no local, como já ocorreu. De acordo com a Solurb, concessionária responsável pelos Ecopontos, a previsão de término da área no Zé Pereira, caso as condições climáticas colaborem, é para janeiro de 2018. Além disso, outros quatro Ecopontos estão previstos para serem instalados na Capital, mas sem data para início das ações. Também não há informações

sobre quais bairros receberão tais pontos de descarte. O investimento para cada é de, pelo menos, R\$ 800 mil.

Enquanto o local adequado não fica pronto, a população descarta em qualquer lugar e de qualquer forma os resíduos gerados em obras, podas de árvores, entre outros materiais. Um exemplo é na Rua Miguelino Barbosa, no Bairro Santa Rita. A via, que é originalmente de mão dupla, atualmente só tem espaço para que um veículo passe por vez. Isso porque muito lixo e entulho foram descartados, ocupando parte do asfalto. Pneus, móveis velhos, e restos de obras são os principais materiais vistos no local.

Situação semelhante é encontrada na Rua Presidente Delfim Moreira, no Jardim Canadá, a uma quadra do futuro Ecoponto. É possível verificar muitos possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que transmite a dengue, zika e chikungunya. Com a proximidade



LOCAL. Futuro Ecoponto, no Bairro Zé Pereira, ainda está deserto

do verão, época do ano em que a transmissão dessas doenças se multiplica, o risco para as famílias da região também aumenta. Louças de banheiro, entulho de obras e muitos galhos são jogados no local diariamente.

A reportagem flagrou também muito entulho no trecho de obras do futuro Anel Rodoviário, na saída para Rochedo. A via é caminho para um ater-

ro de entulhos particular, mas muitos não esperam chegar ao local adequado, preferindo economizar, e descartam às margens da rodovia.

Na MS-010, saída para Rochedinho, o **Correio do Estado** flagrou caminhão descarregando entulho irregularmente.

PARA QUÊ?

Segundo a prefeitura da Capital, o Ecoponto é destinado

90

DIAS
O Consórcio CG Solurb tinha até o dia 25 de abril para instalar o primeiro dos cinco ecopontos previstos no contrato de concessão da limpeza pública. O prazo não foi cumprido. A prefeitura nem a concessionária comentaram a razão do não cumprimento.

aos pequenos geradores de resíduos, conforme determina a Legislação. Nestes locais, poderão ser descartados gratuitamente resíduos recicláveis, resíduos da construção que não ultrapassem o volume de um metro cúbico (resíduo seco) ou 850 quilos (se úmido), alguns materiais inservíveis, como geladeiras, sofás e móveis, e restos de galhos, resultado da poda de árvores.

Os grandes geradores devem realizar a destinação final do seu resíduo em local adequado. E aquele gerador de resíduos que não cumprir a legislação responderá por crime ambiental.

TRANSPORTE

Tarifa de ônibus pode congelar se Estado reduzir alíquota do diesel

YARIMA MECCHI

A tarifa do ônibus pode ser congelada, caso o governo do Estado reduza a alíquota do diesel para as empresas de transporte coletivo de Campo Grande, segundo o diretor-presidente da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos (Agereg), Vinícius Leite.

De acordo com Leite, caso o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tenha uma redução de 17% para 12% sobre o combustível, seria possível fazer um cálculo que mantivesse o preço da tarifa de ônibus em R\$ 3,55.

Em 2015, o Executivo do Estado baixou por seis meses a alíquota do diesel, mas não conseguiu atingir a meta de compensação nas vendas e o imposto voltou a ser cobrado normalmente em janeiro de 2016.

“Estamos tentando congelar a tarifa. Se levarmos em consi-

deração que 50% dos alunos que têm isenção em Campo Grande são da Rede Estadual de Ensino, seria uma contrapartida do governo do Estado reduzir o imposto para as empresas”, explicou.

A data-base para aumento da tarifa de ônibus é 18 de dezembro, e no dia 18 deste mês deverá ser definido o reajuste no salário dos funcionários das empresas de transporte coletivo. O valor dos contracheques reflete no aumento do passe de ônibus.

“Eu falei com o João Rezende (presidente do Consórcio Guaicurus, responsável pelo transporte coletivo de Campo Grande), e ontem ele disse que faltava pouco para definir os salários. Está quase fechando, mas está dependendo de algumas coisas. Há benefícios e remuneração”, disse.

A reportagem procurou o governo do Estado, mas não obteve retorno.

PAPIROS DE LAMA

Advogados presos em operação também são liberados de presídio

LUANA RODRIGUES

O Tribunal Regional Federal (TRF-3) deferiu pedido do advogado de defesa André Borges e concedeu habeas corpus aos advogados Jodasil Gonçalves Lopes e João Paulo Calves, presos durante a 5ª fase da Operação Lama Asfáltica, denominada Papiros de Lama.

Eles foram detidos após expedição de mandado de prisão temporária (com prazo de 5 dias) e foram levados para o Presídio Militar na terça-feira. Na quarta-feira, o ex-governador André Puccinelli e o filho dele, André Puccinelli Júnior, que também haviam sido presos na operação, foram soltos.

Na decisão do desembargador Paulo Fontes, relator do HC, houve a substituição da prisão temporária dos investigados por três medidas cautelares: comparecer mensalmente à Justiça Federal, não deixar a cidade por mais de 15 dias sem autorização da Justiça e entregar o passaporte em

juízo, no prazo de cinco dias. “Não foram apontados elementos concretos quanto à atuação dos pacientes no sentido de atrapalhar as investigações, até porque os pagamentos tidos por ilícitos foram descontinuados há mais de um ano”, justificou o desembargador.

Para haver a liberação dos advogados, ainda será preciso que a sentença dada em São Paulo seja encaminhada para o plantão da Justiça Federal em Campo Grande e o alvará de soltura precisará ser assinado por juiz de plantão.

Conforme o advogado André Borges, os dois investigados pela Polícia Federal só devem ser liberados do Complexo Penitenciário no Jardim Noroeste no fim da noite de hoje.

Esta nova fase decorre de análise dos materiais apreendidos em fases anteriores e da delação premiada de Ivanildo da Cunha Miranda, que era operador de André.

OPERAÇÃO

Gaeco investiga empresas de publicidade de fachada

O Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Estado (MPE), deflagrou ontem a “Operação Propaganda Enganosa”. Os alvos foram três agências de publicidade que mantiveram contratos com o governo do Estado

entre 2012 e 2013. As agências são acusadas de repassar mais de R\$ 3 milhões a empresas de fachada, localizadas no mesmo endereço, abertas em nome de laranjas e com funcionários insuficientes para a realização do suposto serviço contratado. (INV)

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ/MS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico

A Comissão de Leilões de Mercadorias Apreendidas ou Abandonadas desta Inspetoria comunica a realização de Leilão Eletrônico nos termos do Edital nº 0145200/000002/2017, disponibilizando MERCADORIAS: VEÍCULOS, ANDAIMES, BARCO, MOTOR PARA BARCO, ELETRÔNICOS, ARTIGOS DE INFORMÁTICA, IMPRESSORAS, UTILIDADES DOMÉSTICAS, RELOGIOS, ACESSÓRIOS PARA CELULAR, ARTESANATOS DIVERSOS, ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS, DVD VIRGEM, E OUTROS. PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 27/11/2017 até às 18h do dia 11/12/2017. DATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: dia 12/12/2017, a partir das 09h, com cadastro no acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> opção de atendimento “Sistema de Leilão Eletrônico – SLE”, podendo participar Pessoas Físicas e Jurídicas, ambas portadoras de certificado digital válido. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: integralmente até o primeiro dia útil subsequente à data de adjudicação. Mais informações podem ser obtidas no Edital completo que estará afixado na sede da própria Inspetoria, situada à Rua Cuiabá, nº 581, Centro, Corumbá/MS, CEP: 79.302-907, e através da própria Comissão no horário das 09h às 12h e das 15h às 18h (utilizar horário de Brasília), pelo telefone: (67) 3231-1591 e no endereço eletrônico: <http://www25.receita.fazenda.gov.br/leilaoEletronicoInterPub/private/pages/visualizarPortalSle/visualizarPortalSle.jsf>

MICHELLE JIMENEZ DA COSTA

Presidente da Comissão de Leilões